A avaliação como indutora de políticas públicas na pós-graduação

O olhar da UFMG^[1]

Avaliação da pós-graduação e políticas públicas

É difícil pensar em pós-graduação sem pensar, paralelamente, em avaliação. Todos os passos de um Programa de Pós-Graduação (PPG) são minuciosamente avaliados e sua recomendação para funcionamento depende do aval periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a agência brasileira responsável por esse papel. Este texto visa discutir a avaliação, induzindo políticas públicas na pós-graduação, tema que foi proposto para a participação no Colóquio da Educação Superior denominado “Políticas de Educação Superior: Expansão, Regulação, Avaliação”.

A palavra avaliação evoca várias ênfases e, didaticamente, é interessante discutir algumas delas neste documento. No meu ponto de vista, uma importante ênfase da avaliação é a realização de diagnósticos, que conferem rótulos específicos. No caso da pós-graduação, esses rótulos são as notas dos programas, atribuídas pela CAPES numa escala de que vai de 1 (curso não recomendado) a 7 (curso recomendado e compatível com similares no mundo, internacionalizado, portanto). Esses rótulos constituem “selos de qualidade” e sua importância

transcende a simples classificação, visto que são diretamente adotados para a concessão de boa parte dos recursos financeiros que apoiam os programas em suas atividades e funcionam como uma vitrine que atrai os melhores recursos humanos em busca de formação avançada nas instituições que conseguem atingir os melhores rótulos. Assim, a avaliação realmente estimula o trabalho dos diversos atores da pós-graduação, estabelecendo clara tendência de deslocamento das ações, no sentido da busca da qualidade. Nesse aspecto, especialmente, a avaliação da pós-graduação é muito bem-vinda.

Além disso, outra característica da avaliação é que ela deve ser processual, transcendendo o momento do diagnóstico e da atribuição do rótulo. Sendo assim, a avaliação deve levar em conta todo um percurso, que vai ser aferido de tempo em tempo, quadrienalmente, no caso atual da pós-graduação brasileira, gerando a nota. Sendo um processo e levando em conta um determinado percurso, a avaliação funciona como um reforço positivo para os casos em que as metas estão sendo atingidas e bons produtos estão sendo formados, de modo que o resultado é satisfatório, mas, também, induz a correção de trajetórias nos casos que, eventualmente, não estão sendo atingidas essas condições.

Vejamos, a título de exemplo, alguns dados da última avaliação finalizada pela CAPES, a Avaliação Trienal 2013.^[2] Considerando todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), apenas 23,22% dos PPGs tiveram aumento de nota, 69,28% mantiveram-se estáveis e 7,49% tiveram redução de nota; respectivamente, esses dados referem-se a 775, 2.312 e 250 PPGs. No panorama nacional, é inegável o destaque da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), visto que tivemos 37,14% de PPGs com aumento nas notas (26 programas), 52,85% de manutenção (37 programas) e 10% de redução (7 programas); entre

os 37 programas da UFMG que mantiveram a nota, 14 já ocupavam o topo da escala e mantiveram a nota 7, já conquistada em avaliações anteriores a 2013. Lamentavelmente, o diagnóstico da Trienal 2013 evidenciou que a porcentagem de redução de nota na Universidade foi superior ao observado no SNPG, mostrando a necessidade de acompanhamento mais próximo e cuidadoso com esses 7 programas que não seguiram a tendência de aumento ou manutenção de notas típica da UFMG, ação essa que é prioritária para a Pró-Reitoria de Pós-Graduação atualmente.

O fato que transparece, quando se analisa o panorama do SNPG ao longo das últimas avaliações, é que a comunidade da pós-graduação brasileira tem, de fato, utilizado o processo de avaliação periódica como diagnóstico para promover correções de rumos que permitam aos programas a obtenção de indicadores mais desejáveis. Os resultados positivos suplantam, largamente, os inevitáveis resultados negativos mais pontuais.

Pensando em avaliação da pós-graduação, o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020^[3] é referência obrigatória. O documento explicita, como um dos eixos no qual se apoia, o aperfeiçoamento da avaliação.^[4] Como parte das ações para buscar tal aperfeiçoamento, a CAPES construiu uma comissão com a finalidade de analisar o sistema e o processo de avaliação da qualidade da pós-graduação brasileira^[5] e também instituiu uma série de grupos de trabalho,^[6] responsáveis por aprofundar temas diversos relativos à pós-graduação, em especial a sua avaliação. Como membro do grupo conhecido como GT-10, designado para avaliar os impactos dos PPGs,^[7] acredito que boas contribuições serão acrescentadas para aperfeiçoar a avaliação nos próximos anos.

Por ser processual, a avaliação da pós-graduação sempre foi dinâmica. Recentemente, presenciamos uma alteração nos pesos atribuídos aos quesitos nos quais a avaliação da pós-graduação é distribuída. Nas Fichas de Avaliação, houve um deslocamento de peso do quesito “Corpo Docente” para os produtos da pós-graduação, especificamente “Corpo Discente, Teses e Dissertações” e “Produção Intelectual”. Na última Avaliação Trienal, realizada em 2013, esses dois quesitos totalizaram 70% do peso para atribuição da nota e ambos constituíram travas para o resultado final, ou seja, a nota de cada programa foi limitada pela menor nota obtida entre esses dois quesitos. Acredita-se, com base nos estudos realizados no grupo de trabalho sobre os impactos da pós-graduação e em numerosas discussões sobre o tema que tenho tido a oportunidade de acompanhar, que novos deslocamentos acontecerão nos pesos dos quesitos de avaliação, especialmente quando (e se) o quesito hoje denominado “Inserção Social” for ampliado em sua conotação, para abranger todos os impactos que a pós-graduação produz, principalmente por meio da atuação de seus egressos nos cenários acadêmico, científico e político do Brasil e do mundo.

É consenso que a formação de qualidade, repercutindo em egressos atuantes nas várias esferas, amplia de modo exponencial os efeitos da pós-graduação, de modo que seus impactos vão além da indispensável formação de mestres e doutores pelos programas e da produção intelectual oriunda de cada docente credenciado no sistema. Daí o entendimento de que deve haver, num futuro próximo, um deslocamento de peso dos demais quesitos da avaliação da pós-graduação para os impactos produzidos pelos programas. Essa pode vir a ser uma medida indutiva da CAPES, visando à ampliação da esfera de atuação dos PPGs. Para esse quesito poder ser adequadamente avaliado, contudo, é indispensável apresentar indicadores bem definidos nos documentos que balizam o trabalho de cada área de avaliação, bem

como prover instrumentos que colem informações mais precisas e detalhadas sobre aonde chega a real influência do trabalho construído em cada PPG e onde estão e o que fazem seus egressos, informações hoje apresentadas de modo disperso e pouco eficiente nos relatórios anuais registrados na Plataforma Sucupira da CAPES. Grande parte da riqueza de resultados dos PPGs não é sequer relatada por seus gestores em função da carência de direcionamento no instrumento de coleta de dados que norteia as avaliações periódicas.

Da leitura crítica dos relatórios apresentados anualmente pelos PPGs da UFMG, todos transparentes a quem desejar conhecê-los por meio da Plataforma Sucupira, verifica-se, com excelentes exceções, que muitos não detalham os principais impactos oriundos de seus cursos. Talvez isso ocorra por uma lacuna na autoavaliação dos programas, mas creio que se deve, principalmente, à falta de itens apropriados para preenchimento nos relatórios. Isso acontece porque, não sendo cobrado diretamente pela CAPES, os programas deixam de refletir a respeito e de coletar dados mais detalhados. Um exemplo disso é que a UFMG, como muitas instituições brasileiras, não tem um cadastro eficiente do destino de seus egressos até o momento. Fica difícil, portanto, mapear com precisão a área geográfica sob influência de cada PPG e da própria UFMG. Pelas informações pontuais de que dispomos, temos egressos atuando de Norte a Sul do país e também em muitas e importantes instituições no exterior, de modo que um esforço no sentido de um registro mais formal dos dados de destino de egressos seria excelente para mostrar a qualidade de nossa pós-graduação.

A temática da indução da pós-graduação

A questão da indução aparece com intenso destaque no PNPG 2011-2020, que apresenta todo um capítulo devotado ao tema,^[8] em

que são comentadas algumas linhas nas quais a pós-graduação tem induzido políticas públicas. Em primeiro lugar, devem ser destacados os esforços envidados para a redução de assimetrias regionais. Esse não é um olhar novo, introduzido nesse PNPG, mas tem sido uma preocupação recorrente. Hoje, embora algumas áreas de avaliação da CAPES já reconheçam que há certo equilíbrio entre o número de PPG e a população brasileira ou entre a formação de mestres e doutores e o número de graduados em determinadas áreas do conhecimento por região, é inegável que as maiores notas ainda estão concentradas nas regiões Sudeste e Sul do país. ^[9] Quando se fala em assimetrias na pós-graduação, pode parecer, à primeira vista, que estamos nos referindo ao Norte, Nordeste ou Centro-Oeste do Brasil. No entanto, observa-se a existência de assimetrias intrarregionais, que também merecem análise atenta dos gestores da pós-graduação brasileira. Se analisarmos os dados disponíveis no GEOCAPES ^[10] para a região Sudeste, por exemplo, veremos a maior concentração de PPGs do SNPG: em 2016, contávamos com 1.875 programas em atividade. No entanto, entre os estados do Sudeste observa-se grande assimetria: enquanto o Espírito Santo tem apenas 4% dos PPGs, São Paulo concentra 47,9% e Minas Gerais e Rio de Janeiro contam com 22,6% e 25,5% respectivamente. Voltando o olhar para o estado de Minas Gerais, novamente, a assimetria é nítida. Vamos exemplificar com a distribuição dos programas reconhecidos como de excelência e nível internacional (notas 6 e 7 na avaliação da CAPES), os quais são sediados por apenas oito instituições mineiras: o Instituto René Rachou (Fiocruz Minas) (um PPG da Área de Medicina II), a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (um PPG da Área de Teologia), a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (um PPG da área de Direito), a UFMG (trinta e um PPGs em vinte e quatro áreas de avaliação), a Universidade Federal de Lavras (quatro PPGs da Área de Ciências

Agrárias I), a Universidade Federal de Ouro Preto (um PPG da Área de Ciências Biológicas I), a Universidade Federal de Uberlândia (três PPGs em três áreas de avaliação) e a Universidade Federal de Viçosa (onze PPGs em três áreas de avaliação). Há que se notar que as quatro primeiras instituições estão sediadas em Belo Horizonte e concentram 73,6% dos PPGs mineiros de nível internacional. Apenas a UFMG concentra 58,5% desses PPGs em Minas Gerais, o que ilustra bem as assimetrias intrarregionais quando se trata da formação de Mestres e Doutores.

Durante a vigência do PNPG 2011-2020, ^[11] tem havido indução da melhoria de PPGs por áreas de conhecimento e também em áreas estratégicas. Foram publicados editais específicos que permitiram a formação de redes entre PPGs, induzindo propostas de doutorado e mestrados já existentes e também promovendo a formação de grupos de pesquisa, que têm deslocado a produção dos programas envolvidos no sentido do eixo de qualidade, ação que se mostra muito relevante. Um exemplo desse tipo de edital, indutivo da área de Botânica, pode ser conferido em CAPES. ^[12] Dentre os programas induzindo áreas estratégicas, podem ser referidos o recente Pró-Engenharias ^[13] e o Pró-Defesa, ^[14] ambos são exemplos de induções em áreas consideradas importantes para o país naquele momento.

Mais recentemente, vivenciamos um programa para estímulo de parcerias institucionais, mais especificamente o projeto de Universidade em Rede do grupo formado pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).^[15] Nesse programa, foram aprovados 12 projetos distribuídos em seis áreas temáticas, três das quais são coordenadas por PPGs de excelência da UFMG. Na área temática de Ciência da Computação e Segurança da Informação, foi aprovada a proposta intitulada “Cyber-Physical Systems for a Massively

Connected Society”, coordenada pelo PPG em Ciências da Computação da UFMG. Na área de economia, o programa de mesma denominação aprovou a proposta “Comparative Development: Emergent Issues in BRICS Countries”. E, finalmente, na área de Recursos Hídricos e Tratamentos da Poluição, foi aprovada a proposta do PPG em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, denominada “Water Resources, Sanitation and Environment Management: research, education and innovation in the BRICS economies”. Embora a questão do financiamento das propostas não esteja equacionada, a aprovação das três propostas submetidas pela UFMG evidencia que temos muitos núcleos de excelência atuando em nossos PPGs, em diversas ênfases, e favorecendo o estabelecimento de interações mais próximas com os demais países do BRICS.

Também deve ser referida a indução de propostas para a melhoria da pós-graduação. Seria indesejável que a avaliação da pós-graduação se ativesse, apenas, à atribuição de notas, devendo sempre haver o estímulo a ações que gerem repercussão positiva sobre o próprio sistema. Neste tópico, cabe mostrar as ações de solidariedade, exigidas, especialmente, de programas com notas 6 e 7. Quando programas bem consolidados associam-se a programas jovens ou que apresentam dificuldades para seu efetivo crescimento, todos são beneficiados, pois a troca de experiências e a inter-relação entre realidades diversas da pós-graduação enriquecem todos os envolvidos.

Algumas recomendações do PNPG 2011-2020

Por sua influência sobre a avaliação da pós-graduação, cabe aqui discutir algumas das recomendações conclusivas, apresentadas pelo PNPG 2011-2020.^[16] Parte delas já foi implementada, por exemplo a mudança na periodicidade da avaliação que vivenciamos no período

atual, quando a avaliação passou a ser quadrienal. A ampliação de um ano no período de avaliação foi muito oportuna, principalmente porque ela trouxe, em paralelo, a previsão de realização de um seminário de meio termo, com a oportunidade de fazer o real diagnóstico das condições de cada PPG do sistema e de intervir, proativamente, ainda durante o período de avaliação, nos percursos que se mostram díspares do desempenho esperado em cada área. Esse processo estimula a autoavaliação dos programas, um salutar exercício que evidencia a maturidade do corpo envolvido na pós-graduação, em especial dos coordenadores de PPG e dos colegiados. Arraigando-se a cultura da autoavaliação, os programas não irão, nas avaliações periódicas, ser surpreendidos pelas notas obtidas, mas simplesmente colher a consequência do trabalho que, sabidamente, foi feito no sentido da manutenção ou do aumento da nota do programa. Quanto mais criteriosa é a autoavaliação que o PPG faz, menor é a chance de haver surpresas, especialmente as desagradáveis, quando se dá a divulgação das novas notas.

Outra recomendação explícita no PNPG 2011-2020^[17] é que a avaliação dos programas 6 e 7 deveria ser balizada pelo observado em programas correspondentes, em instituições estrangeiras bem consolidadas, já que essas são as notas que indicam o reconhecimento da internacionalização atingida pelo PPG. Essa medida é importante, pois não devemos pensar em indicadores de internacionalização escolhidos sob o ponto de vista exclusivamente brasileiro. Se é um real indicador de internacionalização, ele provavelmente é esperado na pós-graduação de qualquer instituição bem consolidada no mundo. Atualmente, a avaliação da pós-graduação já vem levando em conta experiências de sucesso em outros países para elencar os critérios que serão adotados para se verificar a internacionalização em certas áreas. Considerando as notas obtidas na última avaliação Trienal da

CAPES, realizada em 2013, a UFMG ocupa posição de destaque no reconhecimento da internacionalização, visto que 45,7% dos PPGs receberam notas 6 e 7. Esse dado da instituição mostra-se ainda mais relevante quando se verificam as notas médias dos programas distribuídos por áreas do conhecimento, que revelam valores próximos de 6 em Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes. É a qualidade, de nível internacional, distribuída em todas as grandes áreas.

O PNPG 2011-2020^[18] recomenda, ainda, que a avaliação incorpore outros indicadores e métricas, além daqueles que são típicos de áreas básicas e realmente acadêmicas, de modo a bem avaliar programas em todas as áreas do conhecimento.

É, e deve mesmo ser, recorrente a preocupação em manter o acompanhamento da distribuição regional de programas, evitando assimetrias, inclusive entre as áreas de avaliação, bem como em se verificar, continuamente, a adequação do perfil de egresso que os cursos formam em relação ao seu enquadramento como acadêmico ou profissional e mesmo a identificação com a área de avaliação na qual o programa é alocado.

Finalmente, destaco a importância da recomendação de que “novos critérios de avaliação, só deverão ser utilizados, se divulgados imediatamente após a conclusão da avaliação anterior”.^[19] Embora seja patente que o que baliza a avaliação da pós-graduação é a busca incontestada da excelência e da qualidade, há indicadores diversos que podem ser utilizados para expressá-las e a ciência da comunidade da pós-graduação é indispensável para que o trabalho alinhe os propósitos dos gestores da avaliação, especialmente da CAPES, com os interesses,

necessidades e demandas das diversas instituições credenciadas no SNPG. A transparência de critérios da avaliação e sua constância dentro de determinado período favorecem a apresentação adequada dos dados pelos programas em seus relatórios anuais, tornando a avaliação mais eficaz. Muitas vezes, atividades que os programas desempenham não são devidamente destacadas nos relatórios, em função do desconhecimento de que a área as considera relevantes, produzindo imprecisões num processo que é longo, intenso e que interfere na vida profissional de numerosos docentes e discentes pelo rótulo que será atribuído ao seu trabalho ao final do período.

Políticas públicas induzindo a avaliação

Uma inversão no tema é discutida neste capítulo, saindo do foco da avaliação que induz políticas públicas para um conhecido exemplo de políticas públicas que suscitam aspectos da avaliação. Uma dessas políticas transparece em um dos cinco eixos sobre os quais, segundo o PNPD 2011-2020,^[20] apoia-se a avaliação: a repercussão em outros níveis de ensino. A demanda de que os PPGs realizem atividades juntamente com educação básica parece bastante natural por dois motivos distintos: o primeiro é filosófico, visto que formadores de recursos humanos de elevada qualificação não poderiam se eximir dessa responsabilidade; o segundo, bastante prático, vem do momento político, no qual a CAPES foi convidada a assumir responsabilidades sobre a formação de professores, visando a introduzir melhorias na educação básica do país; nada mais lógico que associar a face de educação superior tradicional da CAPES com sua nova face de educação básica. São vários os possíveis caminhos para a atuação dos PPGs juntamente com a educação básica, alguns dos quais acontecem por iniciativas individuais e transformam-se, com o tempo, em projetos de maior envergadura. Outros vêm como indução oficial, como o

caso dos mestrados profissionais em rede nacional para formação de professores da rede pública de ensino, conhecidos como PROFs. A CAPES já induziu PROFs em diversas áreas e a UFMG vem atuando em três deles (Artes, Letras e, iniciando as atividades em 2017, Educação Física). Nossa participação nesses cursos ainda é recente; iniciou-se em 2012 e temos notado grande interesse pelas vagas ofertadas. Até o momento, titularam-se 38 professores e outros 47 encontram-se matriculados. Também neste ano, serão iniciadas as atividades do PROFBIO, mestrado profissional para a formação de professores de Biologia, cuja sede nacional é a UFMG. Para a primeira turma, a UFMG receberá 50 alunos, que iniciam as atividades no segundo período de 2017. Certamente, a UFMG, como outras tantas grandes instituições no país, vem encontrando bons caminhos para efetivar intervenções positivas nessa esfera de ensino. Deve-se acrescentar que, numa ação articulada e transversal, diante da preocupação em produzir bons efeitos sobre a formação dos universitários e sobre a formação básica, as pró-reitorias acadêmicas da UFMG (Extensão, Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação) vêm trabalhando conjuntamente para estabelecer convênio com a Secretaria de Educação do estado de Minas Gerais e do município de Belo Horizonte, gerando a oferta de oportunidades de aplicar ensino, pesquisa e extensão de qualidade, indissociavelmente, nas escolas de Educação Básica da rede pública.

A ideia que tenho em mente é que a pós-graduação está sempre em uma encruzilhada, em que precisa construir o presente, sempre aprendendo com os erros e acertos passados, diagnosticados nos processos avaliativos realizados pela CAPES, e com um olhar sobre o futuro que, espera-se, seja de crescimento e consolidação contínuos.

Quando se analisa o número de PPGs no Brasil, na região, no estado ou mesmo na UFMG, observa-se uma dimensão crescente e que impressiona. Chega a ser assustadora a extensão que o SNPG atingiu, digna da dimensão continental que temos no país e da diversidade de recursos humanos bem formados em todas as áreas do conhecimento que aqui atuam. Creio que estamos trilhando um bom caminho ao aceitar as induções e ao induzir novas atividades em resposta às políticas públicas, fazendo isso com a competência que as grandes instituições têm, inclusive para promover o crescimento de instituições mais jovens ou menos tradicionais em suas áreas.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020*. Brasília, CAPES, 2010.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Aprovados 21 projetos de desenvolvimento da botânica*. Disponível em: <<https://goo.gl/3RRNqP>>. Acesso em: 21 maio 2014a.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Artigo aborda ações da Capes para induzir formação de engenheiros no país*. Disponível em: <<https://goo.gl/vSYQ6m>>. Acesso em: 27 nov. 2014b.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Divulgado resultado final do Pró-Defesa*. Disponível em: <<https://goo.gl/7xacik>>. Acesso em: 21 maio 2014c.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria CAPES nº 137, de 17 de novembro de 2015. *Diário Oficial da União*, Seção 2, n. 219, p. 15-16, 2015a.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portarias CAPES nº 137-148, de 17 de novembro de 2015. *Diário Oficial da União*, Seção 2, n. 219, p. 15-19, 2015b.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria CAPES nº 157, de 24 de novembro de 2015. *Diário Oficial da União*, Seção 2, n. 225, p. 19, 2015c.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Avaliação Trienal 2013. *Divulgação do Resultado Final Homologado pelo CTC-ES*. Disponível em: <<https://goo.gl/kRpi3Z>>. Acesso em: 21 mar. 2016a.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Universidade em Rede do BRICS contará com 12 programas brasileiros*. Disponível em: <<https://goo.gl/Xy4cE4>>. Acesso em: 21 mar. 2016b.

GEOCAPES. 2016. *Sistema de informações georreferenciadas CAPES*. Disponível em: <<https://goo.gl/H7jnNK>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

Notas

- 1 Texto apresentado no Colóquio Educação Superior: dimensões e perspectivas transdisciplinares – *Políticas de Educação Superior: expansão, regulação, avaliação*. Belo Horizonte, UFMG, 28 e 29 de março de 2015.
- 2 CAPES, 2016a.
- 3 BRASIL, 2010.
- 4 BRASIL, 2010.
- 5 CAPES, 2015c.
- 6 CAPES, 2015b.
- 7 CAPES, 2015a.
- 8 BRASIL, 2010.
- 9 CAPES, 2016a.
- 10 GEOCAPES, 2016.
- 11 BRASIL, 2010.
- 12 CAPES, 2014a.
- 13 CAPES, 2014b.
- 14 CAPES, 2014c.
- 15 CAPES, 2016b.
- 16 BRASIL, 2010.
- 17 BRASIL, 2010.
- 18 BRASIL, 2010.
- 19 BRASIL, 2010, p. 295.
- 20 BRASIL, 2010.